

DOSSIÊ TEMÁTICO

Interseccionalizando o direito à educação: quais corpos podem habitar o conhecimento

Thomas Victor Barreto Cardoso¹

Maria Izabella Souza de Lima²

Resumo: O presente artigo tem por finalidade refletir acerca do acesso à educação de corpos não normativos, sobretudo em espaços legitimados como detentores do conhecimento. Com relação a isso, usou-se o texto de Berenice Bento (2011), Michel Foucault (2014), bell hooks (2017). Utilizando a interseccionalidade como método de análise, para pensar o papel das instituições educacionais e como estas utilizam das diferenças para estabelecer uma relação de poder sobre corpos subordinados, mais precisamente utilizou-se as autoras Patricia Hill Collins (2017), Carla Akotirene (2019), Audre Lorde (2019), e Maria Lugones (2020). O conhecimento aparece limitado a um grupo de sujeitos normativos, escondendo sua exclusão através de políticas universalistas. Além de expor a existência de outros locais que também são produtores de saber e merecem a devida atenção. De maneira a refletir sobre a importância das artes e as literaturas como formadoras de sensibilidade e senso crítico. Para isso, foi tomado como base as reflexões propostas por Conceição Evaristo (2005), Sueli Carneiro (2011), Daiana de Moura Bernardes Coelho & Viviane Melo de Mendonça (2020). Deste modo, ressaltamos a importância da interseccionalidade na pesquisa e educação como forma de entender as diferenças para lutar contra as desigualdades e exaltar as suas potencialidades. **Palavras-chave:** Interseccionalidade; Educação; Corpos; Normatividade;

231

Introdução

“Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos da Condição Humana da UFSCar, campus Sorocaba. Email: tom.vicbarreto@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária da UNICAMP. Email: m.izabella.souzalima@gmail.com

liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus” - June Jordan (JORDAN, 1992, p. 190).

A educação hoje pode ser entendida como um processo fundamental do desenvolvimento humano, detentor um forte potencial de transformação social. A teórica feminista bell hooks em sua obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade* (2017), faz a seguinte colocação:

Essa transição das queridas escolas exclusivamente negras para escolas brancas onde os alunos negros eram sempre vistos como penetras, como gente que não deveria estar ali, me ensinou a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalha para reforçar a dominação (hooks, 2017).

No contexto brasileiro, a educação tem sofrido uma forte precarização e desvalorização, principalmente a pública, ainda que seja obrigação do Estado garantir esse acesso aos cidadãos. A educação como prática de liberdade se torna uma realidade distante, principalmente para corpos limitados pelo racismo, sexismo, classicismo, capacitismo e LGBTfobia. Com isso, o acesso ao sistema educacional, de modo sutil, delimita quais corpos podem habitar o espaço do conhecimento, como as escolas e universidades, tidas como únicos espaços legítimos de aprendizagem.

232

Utilizada como uma ferramenta de manutenção da produção de corpos dóceis e generificados, produzindo e reproduzindo normas e práticas colonialistas, cristãs, heteronormativas e cisgêneras. De forma que, qualquer corpo fora do padrão é deslegitimado, violentado e, geralmente de muitas formas sutis, excluído desses espaços. Suas diferenças são utilizadas como forma de salientar a subalternidade, negando-lhes o espaço de representatividade e pertencimento.

Esse movimento faz com que outros locais educacionais, mesmo que não reconhecidos como legítimos, como espaços artísticos, a literatura, esportes, se mostram mais acessíveis e possíveis para que estes corpos encontrem a liberdade, representatividade e construam relações de afeto. Mas é importante analisarmos a tentativa de esconder a potência das diferenças, das condições precárias as quais são submetidos esses corpos, por trás de políticas e discursos universalistas e meritocráticos.

Sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana. [...] Pois todos nós fomos criados em uma sociedade na qual essas distorções faziam parte de nossa vida. [...] (LORDE, 2019, p. 240).

Diante dessa citação, mostra-se o objetivo deste artigo, em compreender o papel da interseccionalidade para compreender a intersecção e as (r)existências de corpos dissidentes nos espaços educacionais. Além de refletir e construir práticas educativas que considerem as vivências educacionais e coletivas de modo que, as especificidades e a individualidade dos discentes sejam consideradas. E, também, pensar em outras formas de produção de saber para além das hegemônicas. Saberes esses, que possuem sua relevância, constroem e moldam as subjetividades.

Neste estudo será usado como conceito norteador o da interseccionalidade, pois por meio dele pode-se empreender um estudo a respeito dos marcadores de opressão que atravessam diferentes corpos. Como colocado por Maria Lugones (2020) “A interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra.” E com relação a isso, há uma importante reflexão a partir da construção desse conceito por pensadoras e intelectuais negras.

233

O artigo é composto por três partes, a primeira que contará com uma breve contextualização do conceito de interseccionalidade, e sua importância para os estudos atualmente. A segunda que falará a respeito da educação, do modelo que se têm de educação, e dos diferentes locais educacionais. E por fim, um terceiro que refere sobre quais corpos podem ocupar esses espaços, e qual conhecimento é valorizado e legitimado.

Levando em consideração tudo que foi apresentado, destacamos a importância de ampliar o olhar para diferentes espaços e metodologias dos processos educativos e construção de conhecimento, fora dos limites da escola e universidade. Para que esses também possam ser legitimados e validados enquanto saberes e vivências importantes para a constituição das identidades. Entendemos como fundamental a utilização da interseccionalidade como ferramenta de análise, entendendo esses corpos em sua complexidade e individualidade, assim como suas opressões e privilégios.

Contextualizando a interseccionalidade

Em 1990, a interseccionalidade surgiu nos limites entre o espaço social e o acadêmico como forma de capturar as intersecções e práticas desses lugares. Importante dizer que esse termo é um conceito da teoria crítica de raça, cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, teórica crítica da temática racial e advogada, em seu artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado na *Stanford Law Review* (COLLINS, 2017). Esse texto marca a tradução dos entendimentos da interseccionalidade que vinham do feminismo negro e dos movimentos sociais.

É um dos assuntos mais importantes e de consciência política, presente em todas as esferas de identidade, do indivíduo e dos coletivos como um todo. De acordo com algumas leituras uma das maneiras de se entender este conceito é por meio da expressão “uma coisa não exclui a outra”, ainda mais quando se fala a respeito de identidade e opressão.

234

Existem inúmeras formas de relacionar questões como raça, classe, gênero, identidade sexual e uma série de outras categorizações sociais, não necessariamente binárias e que, na maioria das vezes, são impostas por grupos para exercer poder sobre determinados sujeitos. Um dos grandes exemplos trazidos no livro por Carla Akotirene (2019) é citar Sojourner Truth, que vendida em leilão aos nove anos se tornou pioneira do feminismo negro.

E em seu discurso improvisado “E eu não sou uma mulher?” proferido em 1851 na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron assertivamente diz “[...] ‘ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama [...], eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida pra escravização’. Nestes fragmentos, a intelectual pioneiramente articula raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados.” (AKOTIRENE, 2019, p. 25).

Assim, a interseccionalidade não se resume a definir e segregar, que quer dizer, separar as pessoas em categorias, ao contrário tem por função entender como um sujeito é construído em diversos sentidos. O conceito permite aos pesquisadores uma criticidade política para se compreender a fluidez das identidades subalternas colocadas frente a preconceitos, discriminações de gênero, classe e raça e opressões advindas da matriz colonial moderna da qual saem.

Ou seja, esta impede categorias de hierarquia ou de comparação, pois ao invés de somar identidades, analisam-se as condições estruturais que atravessam os corpos, as posições e orientações desses corpos dentro da matriz colonial de opressão. É interessante notar que ao usar dessas categorias para analisar como as violências atravessam os corpos, não há uma hierarquia de opressão. Novamente, se faz necessária a fala feita por Akotirene em seu livro no qual ela diz: “Não posso permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular.” (AKOTIRENE, 2019, p. 43).

235

Com base neste conceito, pode-se perceber o estímulo do pensamento crítico e a fuga da produção de novos essencialismos. Recomenda-se a articulação das diferenças identitárias “repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista.” (AKOTIRENE, 2019, p.45). Com isso, de acordo com a autora, o racismo deve ser combatido pelas mulheres brancas, tal qual o capacitismo deva ser combatido pelas mulheres negras.

Audre Lorde (2019) em seu ensaio irá falar a respeito da relevância de olhar para essas intersecções e vê-las como potências, mas adverte também para o perigo de somente os corpos que são oprimidos falarem, como forma de educar, quando na verdade deveriam ter suas atenções voltadas para outras coisas.

Sempre que surge a necessidade de alguma espécie de comunicação, aqueles que lucram com nossa opressão nos chamam para compartilhar com eles nosso conhecimento. Em outras palavras, cabe ao oprimido ensinar ao opressor seus erros. Eu sou responsável pela educação de professores que desprezam a cultura de meus filhos na escola. Nós, pessoas negras e do Terceiro Mundo, temos de educar pessoas brancas acerca de nossa humanidade. As mulheres têm de educar os homens.

As lésbicas e os homens gays têm de educar o mundo heterossexual. Os opressores mantêm sua posição e fogem da responsabilidade por seus atos. Existe uma constante drenagem de energia que poderia ser mais bem usada em redefinir a nós mesmo e em criar cenários realistas para modificar o presente e construir o futuro. (LORDE,2019, p. 239/240).

E com o panorama desse conceito, sobretudo para a discussão que vai ser empreendida, compreendesse a sua relevância para as pesquisas de modo geral e para educação. Visto que, o paradigma da interseccionalidade, enquanto teoria normativa e metodologia de pesquisa, desafia o modo como são conceitualizadas, interpretadas e mobilizadas as categorias de gênero, raça, classe, orientação sexual, e outras. Numa perspectiva interseccional, estas categorias, são analisadas como construções sociais intersectadas e produzidas no contexto de complexas relações de poder e de desigualdade.

O uso e conceituação tem um forte impacto no acesso a igualdade de direitos, na luta contra o preconceito e a discriminação. Promover a segurança destes direitos implica, na criação de políticas sociais mais justas e inclusivas, - pensando até mesmo na abordagem educacional - que reconheçam os sujeitos que se situam na interseção de vários eixos de desigualdade.

236

Educação em diversas formas e espaços

O conceito de educação pode ser entendido como um ato ou processo de aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento, ou mesmo de disciplinarização, como proposto por Foucault (2014, p.135) “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”. É comum entender a educação como algo restrito ao ambiente escolar, fazendo com que os conhecimentos e aprendizados fora deste espaço sejam negligenciados, vistos como informais, e assim, não reconhecidos como legítimos.

Porém, é necessário compreender que a educação se dá por diversos meios e espaços, para além das instituições. Antes mesmo das instituições serem formadas os processos educativos ocorriam por meio da oralidade, como em diversas culturas africanas e indígenas os ensinamentos eram passados pelas gerações.

Em África, uma das figuras mais importantes a respeito da passagem de conhecimento por meio da oralidade eram os *griots*. Eles são os porta-vozes das tradições e histórias da sua comunidade e sabem como ninguém contar a história das pessoas mais importantes da comunidade, oferecer ajuda e explicação de como as coisas surgiram no mundo. Eram, e ainda são importantes para a comunidade africana e, era por meio deles que as histórias eram contadas e repassadas na tribo. A partir disso, podemos perceber o valor das palavras faladas pelos *griots* e como as lendas tradicionalmente orais possuem a sua relevância no transmitir saber.

Na atualidade e na diáspora, os *griots* se mostram presentes no cotidiano com as contações e ensinamentos passados pelos avôs e avós, ou das figuras de pessoas mais velhas. Pessoas estas, que adquiriram muito conhecimento ao longo da vida, - este também repassado pelos mais velhos em sua vida -, e que passam adiante aos mais novos, seja como alerta por meio de metáforas ou anedotas, seja por meio de conversa em forma de aconselhamento numa situação difícil.

237

Já nas sociedades ocidentais, na Idade Média, as escolas se restringiam ao ensino clerical, o ensino religioso, e a educação dos nobres que se relacionava a estratégias de guerra, visto que esse período ainda sofria uma forte influência da Igreja. A partir do Renascimento, o início da Idade Moderna, o homem se coloca como o centro do universo e o conhecimento científico começa a ser altamente valorizado, uma vez que passou-se a acreditar que a razão era o único meio de se chegar ao conhecimento e tudo poderia ser explicado pela ciência. Essa nova cultura renascentista abriu espaço para a Reforma Protestante, que também valorizava o humanismo e passou a reestruturar a educação clerical (FRANCISCO FILHO, 2003).

A Reforma Protestante foi fundamental para a criação da escola pública, que logo foi incorporada pela Igreja Católica, onde já se demarcava também dentro da educação práticas de disciplinarização. No Brasil, o modelo de ensino veio com a colonização, onde se inicia uma catequização dos povos indígenas, que eram vistos como povos selvagens e, portanto, necessitavam ser civilizados e disciplinados. Outros moldes de ensino vieram com a chegada da Família Real Portuguesa, trazendo um caráter tecnicista, e desde então

o sistema de ensino sofreu influências e reestruturações de acordo com a economia e política do país e do mundo. (XAVIER, 1994).

Nesse sistema educacional eurocêntrico, a forma que se construía conhecimento mudou, deste modo, ao invés do saber vir dos mais velhos através de contações e de rodas de conversa. Este vai formado em outros espaços, específicos para o estudo, nos quais as crianças são separadas por séries e idade, colocadas em fileiras umas atrás das outras, com a figura do educador/professor como aquele detentor do conhecimento e na frente. Estar à frente é uma forma hierárquica de poder de fala e da aprendizagem do conteúdo.

Salienta-se também a transformação das maneiras de historicização, que antes se dava por meio de desenhos em pedras, folhas, no corpo por tatuagens ou roupas. E no modelo europeu passou a ser obrigatório o uso da escrita e do letramento que temos até os dias atuais. Portanto, é importante que entendamos a história dessa ferramenta e como ela tem sido moldada pela economia enquanto produto, e pela política enquanto espaço de disciplinarização.

238

Deste modo, segundo Foucault (2014, p.144), o espaço escola se torna “[...] como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”. As instituições de ensino, assim como outros espaços são ferramentas de manutenção social da colonização e da heterocisnormatividade. O caráter de prática de liberdade, como proposto por bell hooks (2017), se perde pelo caráter de produto instituído pelo capitalismo, mesmo sendo um direito universal de todos os cidadãos.

Como dito anteriormente, outros espaços também constituem o processo educativo, que muitas vezes, são baseados em vivências e tradições, e, por isso, fogem dos padrões entendidos como científico, portanto, ilegítimo. Como por exemplo, reuniões familiares, nas quais os mais velhos fazem roda com os mais novos para contar “causos” ou histórias de família, e com isso, há um repasse de conhecimento por meio das estórias. Em religiões de matriz africana, existe o terreiro, espaço de encontro e realização das práticas religiosas, nesses lugares a construção de saber acontece por meio das Yalorixás e dos Babalorixás, de forma oralizada, como as contações de estórias falada anteriormente.

A construção de conhecimento também pode se dar nas ruas, seja trabalhando, ou em momentos de lazer e diversão, com outras pessoas, de leituras efetuadas e são repassadas como conselhos e advertências. Ou mesmo a arte, em suas diversas manifestações como a música, dança, Slam, grafite e outros, muito utilizados para materializar as vivências e visibilidade a corpos marginalizados. Segundo Collins (2017, p.7)

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, o saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado.

Torna-se interessante, também, pensar o papel da literatura, como lugar de construção do saber, sobretudo para grupos periféricos e, com isso, tidos como marginalizados. Pois, de acordo com Lorde (2019), a literatura para pessoas terceiro mundistas e mulheres de cor é um espaço de salvação, de esperança e de respiro. É por meio dele que as opressões podem ser denunciadas, e os momentos gloriosos podem ser contados.

239

Para Conceição Evaristo (2005) é o lugar de ficcionalizar as experiências, de colocar a memória das escrevivências no papel, o que de alguma maneira é historicizar. Não só, por meio da poesia um fazer literário muito comum entre os grupos já citados, ou até mesmo da prosa. Como também, todas as manifestações artísticas. As artes são as formas de se encontrar dentro da sociedade, e os locais de possibilidade de existência. E o como já dito, são as formas de respiro e sobrevivência na sociedade.

As escolas, universidades e demais instituições de ensino, são até então considerados a única forma legítima de se aprender, e a Academia, como fontes supremas de produção de conhecimento. Porque além de movimentarem a economia, realizam a disciplinarização de corpos e praticam a pedagogia de gênero e sexualidade.

Segundo Bento (2011, p.555) “A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade”. Ainda que seja um espaço fundamental para a socialização, aprendizagem e construção de

sujeitos e relações, é também um ambiente de disciplinarização e exclusão de corpos que fogem essas normas de eurocêtricas e heterocisnormativas.

Diante disso propõe-se a pensar quais corpos estão presentes nos espaços de ensino legitimados e quais não estão e porquê. Quais marcas carregam para que sejam alvos não só dos mecanismos de biopoder, mas também da necropolítica. Para realizar essa análise é fundamental fazer uso da interseccionalidade, uma ferramenta de análise que permite pensar as relações e sujeitos em sua complexidade, permeados de diversas opressões, características e vivências que não podem, e não devem, ser analisadas individualmente.

Corpos que habitam o conhecimento

No Brasil, a educação é um direito de todos os cidadãos, como consta no Artigo 240 205 da Constituição de 1988 (BRASIL,1988) é dever do Estado e da família assegurar que este direito. Entretanto, o que se encontra na prática são milhares de brasileiros analfabetos e altas taxas de evasão escolar.

Como demonstram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada em 2019, o Brasil ainda possui cerca de 11 milhões de analfabetos. Essa taxa nos revela também as desigualdades em sua distribuição, onde o maior percentual se concentra na população preta e parda, segundo os critérios do IBGE, sendo quase três vezes maior em relação a população branca. A região Nordeste também apresenta a maior taxa de analfabetismo em relação às demais regiões, tendo um leve aumento de 2018 a 2019 (AGÊNCIA BRASIL,2020).

Quando falamos sobre evasão escolar, dados do IBGE apontam que,

Das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos [...] Entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%) (IBGE,2019).

Ressaltasse, também, os dados do Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), apontando cerca de 56% de mulheres trans e travestis não concluem o ensino fundamental, 72% não conclui o ensino médio e apenas 0,02% chega ao ensino superior (ANTRA,2019).

Esses dados não só demonstram uma grande falha do Estado em assegurar o direito à educação aos cidadãos, como também tornam ainda mais visível o racismo, sexismo e a transfobia institucionalizados nas esferas sociais. Apesar da tentativa de deixar esses dados escondidos das mídias, essas pesquisas deixam de fora muitos sujeitos e marcadores sociais, que contribuem para a invisibilização de corpos alvos da necropolítica.

A necropolítica aqui relatada não diz respeito à morte física, e sim a uma morte simbólica. A qual o Estado e demais instituições coloniais e normativas aplicam sobre esses sujeitos em diversas esferas sociais. Impedindo-os de gozar de seus direitos, colocando uma marca em seus corpos de criminalização, patologia, marcas de subalternidade e a necessidade de sempre estar a margem da sociedade, até a não existência.

241

No entanto, questiona-se em como isso se relaciona com a educação? Segundo Rocon et al. (2018, p.273)

A partir dos currículos (oficiais e aqueles que operam no cotidiano, constituindo-o), das tecnologias educacionais e dos processos de subjetivação, a escola, como panóptico, vai normalizando os corpos e vidas escolares, produzindo discursos, treinando habilidades e comportamentos (delicadeza, destreza, brutalidade, competição, virilidade, fragilidade), estimulando desejos, preferências e perspectivas diversas de vida social na sociabilidade no gênero.

Esses corpos dissidentes raramente encontram nesses espaços representação, afeto, segurança e oportunidade de aprendizado que os corpos normativos encontram. As violências e opressões físicas e psicológicas, também se materializam através de processos burocráticos, como o desuso do nome social, nos uniformes e estética; nas estruturas físicas, como banheiros e vestiários.

Ou seja, a expulsão desses corpos está ligada a estrutura como um todo, assim feita para possibilitar e otimizar a docilização, a colonização e performance de gênero dos corpos que diferem do padrão branco, cisgênero, heterossexual, cristão e classe média. A tentativa de encaixar esses sujeitos e seus corpos dentro desse padrão não só os violenta, como também fará de outros locais mais atrativos e possíveis para serem frequentados, mesmo que estes não sejam considerados espaços legítimos de conhecimento.

A expulsão também se dá através do não reconhecimento e representação, como por exemplo, em como são abordadas temáticas nas disciplinas que apenas dizem respeito ao colonizador em suas "conquistas" e "descobrimientos"; aos homens detentores de saberes; a religião cristã e aos corpos binários dentro da heterossexualidade compulsória.

O Estado, então, após constituir as instituições de ensino (escolas, universidades, creches, entre outros) como únicos meios de educação formal, torna obrigatório a frequência desses espaços. Uma obrigatoriedade que não se faz possível para certos corpos, mas que reverbera futuramente na tentativa de ingresso no ensino superior ou do mercado de trabalho formal.

Qualificações exigidas para conseguir uma vaga com carteira de trabalho assinada, garantindo direitos trabalhistas, muitas vezes são o grande impedimento para que muitas pessoas, principalmente pessoas negras, pessoas trans e travestis. A evasão do ensino básico coloca essas pessoas à mercê de trabalhos informais, subempregos, prostituição e a criminalização. Segundo dados da ANTRA (2019, p.31)

[...] a estimativa de que apenas 4% da população Trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira [...] De igual modo, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos. Mantém-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de Travestis e Mulheres Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda.

Do mesmo modo, acontece com corpos negros, que diante do racismo e estereótipos de hipersexualização e criminalidade, enfrentam a violência estética nas escolas, além de serem alvos de piadas e assédio. Visto que, “[...] o colonialismo se desenvolveu, e estará como plano de fundo da presente discussão, pois é no bojo do

sistema colonial que emergiram as tensões e conflitos de hierarquização racial no Brasil.” (COELHO; MENDONÇA, 2020, p. 546).

Constantemente, pessoas negras, desde a infância tem olhares sobre seu corpo e sobre como deve se portar. Por este motivo, crianças racializadas crescem com um sentimento constante de busca pela excelência, e assim, se cobram o tempo todo por boas notas, bom comportamento, e o mais decisivo, o cabelo. Pessoas negras que possuem cabelo cacheado/crespo sofrem mais preconceito. Não bastasse a sua cor que se destaca dentre as outras, o cabelo vem como forma de deixar mais claro a sua negritude, a sua identidade, e com isso, a sua diferença. Algo que não deve ser visto como fator negativo, e sim como uma potência.

Com isso, nota-se que o colonialismo deixou um legado muito cruel, sobretudo com relação ao modelo estético de beleza, em que o corpo que é valorizado e admirado é o branco, cisgênero, de traços não marcados e magro. Um padrão quase impossível de se seguir, ou de se ter. E os corpos que não se enquadram nesses requisitos são excluídos, colocados à margem do olhar.

243

Por isso, algumas das agressões podem variar de xingamentos sobre a subjetividade e consciência intelectual, “[...] E a palavra escrita hierarquizada nomeia a oralidade. Isso também pesa muito sobre o olhar para esses corpos.” (COELHO; MENDONÇA, 2020, p. 548). até a física movida pelo ódio ao diferente. Na crença da subalternidade das pessoas negras, e do próprio racismo tão presente na sociedade.

E os espaços educacionais tem sido um dos mais violentos não só pela reprodução de violências, como também pela falta de representatividade. Ainda há poucos professores negros do ensino básico ao curso superior, e isso causa muito impacto na vida de crianças e adultos que contemplam a possibilidade de ocupar aquele mesmo espaço. Sueli Carneiro (2011) afirma:

Sem mudanças, as defasagens, sobretudo educacionais, que são percebidas entre negros e brancos, continuarão a se apresentar como fatores de perpetuação da subalternidade social dos negros, mantendo-os em um círculo vicioso em que a falta da escolaridade exigida tornar-se motor da exclusão do emprego e a ausência do emprego é mais uma

fonte de impedimento do acesso, da permanência e da conquista dos níveis superiores de escolaridade. (CARNEIRO, 2011, l. 110)

Outra evidência da falha tentativa de acolhimento dos corpos dissidentes na escola são as políticas afirmativas para pessoas negras e pessoas trans, nas Universidades Federais, e até mesmo em empresas. Uma tentativa de inclusão desses corpos em ambientes como estes, necessários para sua sobrevivência e exercício da sua cidadania, uma vez que como já colocado, enfrentam diversos impedimentos de acesso e permanência.

De acordo com o Relatório de Diagnóstico e Desafios - GT de Cotas na Pós/APG Unicamp (2020, p. 3) “[...] é por meio de ações afirmativas, que o Estado, conduzido a reconhecer as necessidades das camadas marginalizadas da sociedade, estabeleceu políticas de cunho compensatório para que todos os cidadãos e cidadãs disponham condições de acesso aos direitos básicos”, portanto, os direitos devem ser divididos igualmente.

244

Assim, o sistema de cotas visa democratizar, por exemplo, o acesso à educação de ensino superior. É notável a avaliação positiva desta política no quadro educativo, principalmente, com o crescente número de graduandos pretos/pardos e indígenas. E na excelência de suas produções e contribuições acadêmicas, ainda que falte discutir questões como permanência desses mesmos grupos dentro do ambiente acadêmico e de saúde mental.

No entanto, esse sistema encontra-se estagnado no momento, devido aos poucos recursos dirigidos às Universidades e aos Institutos Federais, tal qual o avanço de políticas conservadoras. Portanto, tem-se discutido a necessidade da ampliação dessa política para as pós graduações de diversas universidades, visando assim, uma maior diversidade identitária e racial dentro da ciência. Bem como, do aumento de oferta de bolsas aos pesquisadores, e de condições de trabalho/pesquisa melhores.

Percebeu-se, então, que por trás desses índices de desemprego, evasão, pobreza, entre outros, os corpos submetidos a essas condições não são aleatórias. Mas são fantasiadas pelo discurso de “somos todos iguais” e da meritocracia. A precariedade da educação afeta esses corpos com mais frequência e intensidade, realçado por suas

diferenças que atravessam seu gênero, sexualidade, etnia, classe, regionalidade, deficiência, e outros marcadores sociais que compõem a identidade dos sujeitos.

Considerações Finais

Em alguns ambientes educacionais, a diferença é o marcador de separação, usada para isolar e distanciar as pessoas. Utilizado todo o tempo para demarcar que aquele lugar não pertence a aquele sujeito, e que seu conhecimento e vivência não são válidos. Descartes proferiu uma frase marcante, que se encaixa perfeitamente para o que está sendo discutido: “penso, logo existo”, e se reflete sobre quais corpos podem pensar e existir. Além de que há essa privação do conhecimento legitimado como forma de apagar a existência desses sujeitos, simbólica e física, nas mais diversas esferas sociais.

Para Crenshaw (2002, p.16) “A interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas”. É necessário que essas diferenças sejam entendidas como componentes identitários. E outros espaços e métodos de aprendizagem e conhecimento possam ser legitimados, e não apenas as escolas e universidades, que não são possíveis ou até mesmo acessíveis para todos os sujeitos.

245

É importante determinar que as diferenças não diminuem, mas potencializam os corpos. E que, é pela e na educação que as maiores transformações podem ser feitas. Assim como uma ferramenta de manutenção das opressões e dominação, a educação também é uma forma de libertação e revolução (hooks, 2017). Ela se torna possível nas artes, dança, literatura, oralidade, coletivos, e em outros espaços onde há diálogo e expressão das vivências dos sujeitos. Lugares que contribuem para o desenvolvimento e para (r)existência dos sujeitos, em que o afeto é a pulsão de vida.

Por fim, ressalta-se a importância da interseccionalidade para a educação, como forma de reconhecimento e inclusão de espaços, métodos e sujeitos que fogem à norma, sofrendo um apagamento social e precarização. A luta pela transformação e valorização da educação é feita através do olhar decolonial e pela valorização da diversidade cultural,

identitária, religiosa, e tantas outras especificidades que compõem os sujeitos e sua experiência na sociedade.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Analfabetismo cai, mas Brasil ainda tem 11 milhões sem ler e escrever.** Disponível em: <<https://bit.ly/2TUVhSE>>. Acesso em 22 Out 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 2, pág. 549-559, agosto de 2011. Disponível em <<https://bit.ly/2TV0pGm>>. Acesso em 13 de Jan. 2018.

BENEVIDES, Bruna,G; NOGUEIRA,Sayonara Naider Bonfim (Orgs).**Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019.** – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

246

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. Edição Kindle - ASIN: B00BJOYPUW.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Revista Educação e Sociedade,** São Paulo, n. 5, p. 25, 1980

COELHO, Daiana de Moura Bernardes; MENDONÇA, Viviane Melo de. **CORPOS DAS MULHERES NEGRAS: CABELOS CRESPOS E A HETERONORMATIVIDADE.** UFAM: RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. Ano 4, Vol. IV, Número 2, Jul-Dez, 2020, p. 546-561. Disponível em: <<https://bit.ly/32hCQfI>>. Acesso em: 23 de Out 2020.

CRENSHAW, K. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?.** In: Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), publicado pela Revista Estudos Feministas, n.1, 2002.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora.** João Pessoa: UFPB: Idéia/Editora Universitária, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3gzSI>>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42ª ed, Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **História geral da educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade** [recurso eletrônico] / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2ªed, São Paulo: Cortez, 1994.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IBGE.PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em:<<https://bit.ly/3n0gkjl>>. Acesso em 22 Out 2020.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: Hollanda, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

247

PALAVRAS COMO PRINCIPAIS MEDIADORES - GRIOT. Disponível em: <<https://bit.ly/2TZJd2o>>. Acesso em 22 de maio 2018.

SANTOS, Taina Aparecida Silva; ESPOSITO, Fernando Cezar C.; TOQUEMASA, Ingrid S. Corsi; FONTANA, Larissa da Silva; LIMA, Maria Izabella Souza de. (Orgs.). Grupo de Trabalho - Cotas na Pós Graduação da Unicamp. **RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO: DESAFIOS PARA A AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UNICAMP**, Agosto de 2020.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luiza; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

Intersecting the right to education:

which bodies can inhabit knowledge

Abstract: The purpose of this article is to reflect on access to education for non-normative bodies, especially in spaces legitimized as holders of knowledge. In this regard, the text by Berenice Bento (2011), Michel Foucault (2014), bell hooks (2017) was used. Using intersectionality as a method of analysis, to think about the role of educational institutions and how they use differences to establish a power relationship over subordinate bodies, but precisely the authors Patricia Hill Collins (2017), Carla Akotirene (2019), Audre Lorde (2019), and Maria Lugones (2020). Knowledge appears limited to a

group of normative subjects, hiding their exclusion through universalist policies. In addition to exposing the existence of other places that are also producers of knowledge and deserve due attention. In order to reflect on the importance of arts and literature as a form of sensitivity and critical sense. For this, the reflections proposed by Conceição Evaristo (2005), Sueli Carneiro (2011), Daiana de Moura Bernardes Coelho & Viviane Melo de Mendonça (2020) were taken as a basis. In this way, we emphasize the importance of intersectionality in research and education as a way to understand differences in order to fight inequalities and exalt their potential.

Keywords: Intersectionality; Education; Bodies; Normativity;

Intersección del derecho a la educación: qué cuerpos pueden habitar el conocimiento

Resumen: El propósito de este artículo es reflexionar sobre el acceso a la educación para cuerpos no normativos, especialmente en espacios legitimados como poseedores del conocimiento. Al respecto, se utilizó el texto de Berenice Bento (2011), Michel Foucault (2014), bell hooks (2017). Utilizando la interseccionalidad como método de análisis, para pensar en el rol de las instituciones educativas y cómo utilizan las diferencias para establecer una relación de poder sobre los cuerpos subordinados, pero precisamente las autoras Patricia Hill Collins (2017), Carla Akotirene (2019), Audre Lorde (2019) y Maria Lugones (2020). El conocimiento aparece limitado a un grupo de sujetos normativos, ocultando su exclusión a través de políticas universalistas. Además de exponer la existencia de otros lugares que también son productores de conocimiento y merecen la debida atención. Para reflexionar sobre la importancia de las artes y la literatura como forma de sensibilidad y sentido crítico. Para ello, se tomaron como base las reflexiones propuestas por Conceição Evaristo (2005), Sueli Carneiro (2011), Daiana de Moura Bernardes Coelho & Viviane Melo de Mendonça (2020). De esta manera, enfatizamos la importancia de la interseccionalidad en la investigación y la educación como una forma de entender las diferencias para combatir las desigualdades y exaltar su potencial.

248

Keywords: Interseccionalidad; Educación; Cuerpos; Normatividad;

Recebido: 09/11/2020

Aceito: 17/12/2020